

Filossovietismo, marxismo e ciências sociais na França (1920-1939)

LIDIANE SOARES RODRIGUES*

Em 1927, intelectuais franceses simpáticos à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) constituíram o “Círculo da Nova Rússia”, sob os auspícios da VOKS – órgão do nascente Estado soviético, criado dois anos antes, destinado à diplomacia cultural, afamado posteriormente pelo gerenciamento do turismo político de comunistas ilustres dos países ocidentais.¹ A partir de 1932, a VOKS se dedica à dinamização das atividades dessa roda de filossoviéticos e ela se converte no principal polo de atração para os franceses interessados na cultura soviética. Assim, são criadas comissões com vistas a propagandear feitos da URSS em domínios distintos (ciência, pedagogia, cinema, teatro, economia, literatura, arquitetura etc.). Dirigida pelo psicólogo Henri Wallon, tendo como presidente de honra o físico Paul Langevin, a Comissão Científica torna-se a mais agitada delas – pelo número de frequentadores, pela regularidade de suas ações e diligência de seus membros. Ela foi objeto de investigação de Isabelle Gouarné em sua tese de doutorado, publicada em livro intitulado *L'Introduction du marxisme en France. Philosoviétisme et Sciences Humaines (1920-1939)*.

Uma história social do marxismo

O livro está dividido em três partes. Na primeira, a autora ocupa-se da gênese do filossovietismo nos meios intelectuais franceses. A pesquisadora identifica dois tipos de itinerários prévios à união dos mesmos na comissão: um oriundo

* Professora do Departamento de Ciências Sociais, UFSCar. E-mail: lidianesrgues@gmail.com

1 “VOKS” é a sigla com as iniciais em russo da “Sociedade para Contatos Culturais com Países Estrangeiros” (*Vsesojuznoeobschestvokul'turnykhsvyzei s zagraniței*). A simpatia pela URSS é denominada no livro, e neste comentário, como filossovietismo.

das vanguardas literárias – a que dedica seu capítulo 1; e outro, do mundo universitário-científico – a que dedica o seguinte.

Os agentes do primeiro tipo aproximam-se, já nos anos 1920, do jovem Partido Comunista Francês (PCF). As fronteiras não delimitadas entre política, jornalismo, literatura e ciências sociais cancelam o trânsito deles por esses domínios. Ademais, a experiência da Primeira Guerra Mundial os marca de modo indelével. Precisam escolher caminhos em meio às dúvidas nas apostas racionalistas de outrora e à ausência de sentido de investimento em carreira profissional, posta pelo esfacelamento do sistema de valores progressistas. Entre as posições marginalizadas desses intelectuais e o anti-intelectualismo da fase de formação do PCF havia afinidades que entraram em operação: motivados pelo questionamento da “concepção burguesa de ciência”, esses vanguardistas aproximam-se dele. Localizam-se neste primeiro perfil – a revista *Clarté* e o grupo *Philosophies*. Na primeira, entre outros, estão associados Henri Barbusse, Jean Bernier, Marcel Fourier, André Varagnac. No segundo, Pierre Morhange, Henri Lefebvre, Georges Politzer, Norbert Guterman, Georges Friedmann, Paul Nizan.

Os itinerários do segundo tipo vinculam-se ao mundo universitário-científico e, inicialmente, mantêm-se menos próximos do PCF. Este, coerente com o anti-intelectualismo assinalado, não se empenha em cooptá-los. É composto por setores afeitos à especulação teórica e que se tornaram filossoviéticos por motivos opostos ao do primeiro perfil. Para eles, era imperativa uma resposta à descredibilização generalizada da ciência moderna, de seus fundamentos epistemológicos e de seu papel social. Não por acaso, o protótipo do segundo tipo é encontrado na psicologia, disciplina pouco legitimada cientificamente (Jean-Maurice Lahy) – emparelhando com outras figuras de relevo do período, tais como: Paul Langevin, Louis Lapique, Henri Mineur, Marcel Prenant, Paul Rivet, François Simiand, Henri Wallon. O marxismo se lhes afigura como a teoria que permite defender a ciência sem retroceder ao mecanicismo causal positivista ou às ingênuas apostas dezenovistas no progresso contínuo; e a URSS, como um Estado que a valoriza na condução do governo. O capítulo poderia ser uma lição de método. O enlace das disposições cognitivas e as posições no campo político é digno de nota. É que esse grupo apresenta uma história social ascendente, devedora das oportunidades abertas ao mérito pelo modelo escolar francês constituído na Terceira República (1870-1940). O apelo do “discurso soviético sobre a escola e a ciência como base da emancipação de todos” dificilmente encontraria meio mais sensível. Na medida em que a URSS se apresentava como um projeto de governo capaz de reconhecer a ciência como fundamento da ação e valorizar o papel do cientista, ela os atraía, pois defendê-la era defender a si próprios – tanto pelo débito de suas trajetórias ascensionais no sistema escolar quanto pela frágil legitimidade de suas disciplinas no mundo científico, do qual dependiam para se firmarem.

Uma vez reconstituídos os itinerários que conduziram as pessoas ao filossovietismo e à Comissão Científica, a segunda parte do livro pode tratar das idas e vindas na aproximação com o PCF, entre 1932 e 1939. A autora identifica três

fases desse processo. Inicialmente, o Círculo mantinha-se distante do partido; em seguida, eles se aproximam, por causa da estabilização da direção partidária, conduzida por Maurice Thorez (secretário-geral entre 1930 e 1964), de sua abertura aos intelectuais e da unificação da esquerda contra o fascismo. O termo final dessa aproximação é a criação da revista *La Pensée – revue du rationalisme moderne*, na qual o marxismo universitário, como renovação do “racionalismo moderno francês”, encontra seu meio de difusão.

A terceira parte do livro de Gouarné trata do intercâmbio entre o filossovietismo do Círculo, o PCF e as ciências sociais francesas. Trata-se de responder à indagação – decerto insólita para o leitor mediano dos trópicos, mas imperativa para a história das ciências sociais e do marxismo franceses: de que modo a combinação Marx e Durkheim sai do limbo do impensável nos anos 1900 para tornar-se legítima três décadas depois, abrindo a trilha de uma combinação incontornável hodiernamente. A autora demonstra como os conteúdos propriamente intelectuais que resultam dessas trocas são condicionados pela variação dos graus de permeabilidade e de fechamento dos campos político e intelectual um ao outro. Para isso, adota como fio condutor os projetos editoriais e de pesquisa que se estabeleceram nos espaços de intersecção entre partido e universidade, dando especial atenção à recepção diferenciada de algumas obras nos dois meios.

Até os anos 1930, a escola durkheimiana rechaça o marxismo, repetindo o conteúdo das críticas elaboradas por seu patrono, em 1897.² E, no entanto, Celestine Bouglé, durkheimiano à frente do Centro de Documentação Social (CDS), na École Normale Supérieure/Rue d’Ulm, atento ao problema da renovação geracional da escola, foi tolerante e atraiu jovens militantes críticos de seu paradigma. Entre eles, filossoviéticos como Georges Friedmann, Auguste Cornu, Valentin Feldman, René Maublanc, Henri Mougín, André Varagnac. A convicção socialmente estabelecida a respeito da irredutibilidade entre Marx e Durkheim não é ultrapassada por esse recrutamento. Ela continua a ser reafirmada no mundo comunista, tanto na Rússia soviética quanto no PCF – menos por questões de princípio lógico do que políticas. Do mesmo modo que nas artes, à fase de abertura e vanguardismo dos anos 1920 – em que se reconheceu a necessidade de estudos sociológicos para a construção da nova sociedade soviética, acompanhada da tradução de Comte e Durkheim – sucede-se o período de instrumentalização do marxismo nos anos 1930, pelo secretariado-geral do PCURSS. Marcado por crescentes conflitos entre as instâncias estatais soviéticas, pesquisadores e professores de ciências

2 Um ano após a estadia na Alemanha, oportunidade em que leu *O capital*, Émile Durkheim publica na *Revue Philosophique*: “Antonio Labriola, *Essais sur la conception matérialiste de l’histoire*” (XLIV, 189, p.645-651). Os pontos básicos dessa crítica são: 1) escassez de lastro empírico do marxismo; 2) ausência de justificação do determinismo econômico; 3) o fato social mais primitivo não é de natureza econômica; 4) ausência de eficácia própria das representações coletivas. Obviamente, a autora não tem uma conduta de jurisprudência a respeito do acerto ou erro dessas assertivas, deixando a cargo do leitor a consideração disso; mas assinala o quanto elas são devedoras das posições institucionais e da luta concorrencial de Durkheim, que não dispensava a afirmação de postura antimaterialista em conformidade com os postos universitários visados por ele.

sociais, esse enquadramento adota a equação elaborada por Nikolai Bukharin em seu manual de sociologia marxista. Supondo superar a divisa entre marxismo e sociologia, defende uma “ciência da sociedade”, concebida como aplicação do marxismo ao conjunto dos fenômenos sociais. A análise da repercussão desse manual considera tanto a especificidade do comunismo soviético – isto é, seu Estado em construção, durante a década de 1920-1930 – quanto a do universo comunista na França, isto é, o PCF em vias de estabilização dos quadros e dirigentes. Não bastasse o terreno movediço dessas fases de constituição do polo político e comunista nos dois países (URSS e França), o espaço universitário é também pouco estável e em vias de sedimentar suas delimitações disciplinares, ainda fluidas. O desiderato a que se propõe a autora e o período histórico por ela escolhido implicam trabalho redobrado – que ela executa com maestria. Nessa parte do livro, ela considera os agentes situados nas margens limítrofes entre o espaço científico e o político/comunismo francês – ou seja, surpreender intelectuais como Paul Nizan esperneando contra a sociologia durkheimiana, ecoando o manual de Bukharin. Diga-se de passagem, a longevidade de sua formulação atesta-se pelos ecos encontrados aqui e acolá, ainda hodiernamente: “por trás do durkheimianismo, há um forte e metódico desejo de salvar alguma coisa que tem necessidade de ser salva – sendo esta ‘qualquer coisa’ a civilização burguesa, o espírito burguês, a moral burguesa, a unidade da burguesia francesa” (ibid., p.181). Um dos méritos nada desprezíveis do livro: expor a gênese conflitiva de numerosos lugares-comuns da depreciação recíproca (dirigida por marxistas a durkheimianos e vice-versa); assim como das tentativas de síntese das duas vertentes teóricas (na origem de ideias igualmente repetitivas). Ora, bem ponderadas as coisas, no plano do paradigma, há elementos do durkheimianismo compatíveis com princípios que animam a militância socialista e as leituras marxistas – por exemplo: o valor da participação na vida pública; a análise das coletividades em detrimento dos indivíduos; a defesa dos usos práticos das conclusões científicas. Entrementes, como é sobejamente sabido, a boa ponderação das coisas depende de uma sócio-lógica que a condicione, sendo a lógica, por si só, incapaz de conduzir a ela. Portanto, por mais que essa aproximação fosse *possível*, ela só seria *provável* a partir de agentes em posições homólogas à dos autores, considerando-os (aqueles e estes) nas zonas de intersecção entre política e ciência – tal como se observa nas trajetórias e obras dos membros da Comissão Científica em exame.

Na esteira da estabilização da secretaria-geral do Partido e dos quadros dirigentes, assim como da nova diretriz de frente antifascista, incorporação dos intelectuais e estabelecimento de filiações com clássicos do pensamento e da cultura francesas, o PCF promove o ciclo de conferências “Marx e o pensamento moderno” (1935). Na qualidade de participante dele, René Maublanc elabora um texto que é referência para a cambalhota perseguida pela pesquisa: de Durkheim *contra* Marx a Durkheim *com* Marx. Exposto para um auditório de militantes, ele pintava o retrato de um Durkheim aparentado à grade de valores do comunismo, destacando seu ateísmo, seu racionalismo, seu desprezo por bens materiais, sua

modéstia e humildade. Em seguida, estabelecia afinidades entre as duas visões do mundo social (de Marx e de Durkheim): 1) afirmação de um determinismo não mecanicista, tampouco fatalista, posto que o conhecimento das leis que regem a sociedade permitiria intervir de modo racional sobre ela; 2) definição de sociedade irreduzível à somatória de indivíduos, mas alicerçada na relação entre eles – o que conduz ao item 3) recusa do subjetivismo/individualismo como método de análise e, finalmente; 4) afirmação de uma postura materialista. Se a palavra “materialista” foi recusada por Durkheim, isso se deveria à conotação de “mecanicismo” que tomava à sua época. Segundo Maublanc, como Marx, ele a rejeitava.

É recorrente, em reviravoltas desse tipo, a elaboração de novas narrativas disciplinares. Usualmente, os responsáveis por ela propõem nova periodização, outras etapas da evolução histórica da área, introduzindo obras e autores que trabalham para legitimar. Não seria diferente no que concerne à “sociologia marxista” de Armand Cuvillier. Em seu manual, propõe que a Sociologia alcançaria a perfeita equação das determinações não mecanicistas, além de renovar o durkheimianismo, por meio do encontro do marxismo. A explicação durkheimiana da sociedade (assentada no volume e na densidade das populações) deveria ser substituída pela determinação dos fatores econômicos (técnicas e trabalho) na segmentação dos grupos, de modo que o liame social por excelência estaria na ação coletiva sobre a natureza. Só assim a “sociologia marxista” poderia ser “a verdadeira ciência do homem”. Como cabe a um manual, seu autor identifica em antepassados ilustres e contemporâneos estratégicos o projeto que defende por meio da história da disciplina. Não por acaso, destaca a crescentemente badalada “Escola dos *Annales*”.

Vale dizer que o capítulo de Isabelle Gouarné dedicado a essa corrente historiográfica merece atenção particular dos brasileiros. É que as conveniências profissionais os acomodaram a livrinhos de propagandistas de intelectuais de exportação produzidos pelos centros de onde apreciamos importar (EUA, Inglaterra, França). Prisioneiros do acesso facilitado à leitura dos mesmos, ignoram tranquilamente que as relações dos *Annales* com o marxismo não se resumem ao contorcionismo dos braudelianos dos trópicos para conciliar *seu* marxismo com o antimarxismo de Braudel; tampouco à fase labroussiana de estudo do impacto dos preços na Revolução Francesa. Alicerçada em farta documentação, Gouarné recua à primeira geração dos *Annales*, sistematiza as relações de aproximação e confronto entre ela e o marxismo – caracterizando, de um lado, a variação das posições mais e menos autônomas dos pais fundadores (Lucien Febvre e Marc Bloch) e, de outro, a Comissão Científica do Círculo da Nova Rússia. O papel dos *Annales* na legitimação do marxismo nas Ciências Sociais já nessa fase das relações entre campo político e científico francês foi fulcral. Na medida em que as publicações filossoviéticas eram resenhadas na revista dos *Annales*, e em que alguns membros da Comissão Científica do Círculo da Nova Rússia eram convidados a colaborar com ela, o marxismo passava de algo exógeno ao mundo universitário a uma perspectiva analítica incontornável, alcançando outro patamar de reconhecimento e de legitimidade. O auge da aproximação entre *Annales* e filossovietismo encontra-se em quatro números da

revista *Europe*, conhecida como o “periódico dos *compagnons de route*”, tratando do tema “homem, técnica e natureza” – analisado pela pesquisadora.

A questão da autonomia do pensamento é inescapável ao tratar das relações entre partidos e intelectuais. O livro em tela não faz dele seu *único* problema, porém entende-o como parte de sua investigação a respeito dos circuitos de troca entre espaço científico e político e das condições que favorecem a fertilização mútua de um pelo outro. É subordinado a esse propósito que o problema do controle partidário sobre os intelectuais e da conduta por eles adotada é abordado. A esse respeito, é particularmente instigante a reconstituição do “caso Georges Friedmann”, no último capítulo. Em linhas gerais, se as ciências sociais francesas aplaudiram seu livro *Da Santa Rússia à URSS*, de 1938, o PCF trabalhou energeticamente pela depreciação do livro. Sublinhe-se que o autor não havia modificado em linhas gerais sua perspectiva e temática, desde o início da década, valorizando a experiência soviética como alternativa civilizatória ao problema das relações entre homem, técnica e trabalho. Porém, neste livro, Friedmann adotava um tom distanciado, criticava algumas discussões marxistas, reivindicava o papel de conselheiro, indicando alguns erros de gestão das indústrias. Se o mundo acadêmico dava provas da porosidade ao político, recebendo bem um livro que poderia ser visto como “soviético demais”, o PCF, àquela altura, não tolerou tamanho distanciamento, pois exigia provas máximas de fidelidade.

Nascida num contexto específico de forte politização e de gênese do Estado Soviético, do PCF, e da diferenciação disciplinar universitária-científica francesa, a agenda de pesquisa oriunda da aliança entre filossovietismo e ciências sociais, centrada no problema “homem, técnicas e trabalho”, perde seu impulso posteriormente. Acompanhando as modificações do espaço político e científico, ela é impactada pelo reforço da segmentação disciplinar e pela reconfiguração geopolítica da guerra fria, marcada pelos insumos econômicos diversos por parte dos EUA, em instituições de pesquisa francesas – assunto de que a autora, infelizmente, não trata.

Trivialidade extraordinária

“Jamais alguém se torna marxista lendo Marx; ou pelo menos, apenas o lendo”; e é também verdade que “não existe biografia que seja meramente intelectual” (Vilar, 1983, p.98): trata-se de uma assertiva supérflua que ninguém em sã consciência denegaria. Entretanto, os pesquisadores de objetos similares ao de Gouarné estão equipados metodologicamente para levar a advertência a bom termo? Raramente. Análises como a dela são raras. E necessárias.

O entrelaçamento da dinâmica social, intelectual e política subjacente ao desenvolvimento do gosto e do interesse pela URSS na França dos anos 1920 não seria inteligível se a autora se limitasse ao convencionalismo das explicações politizantes. Nessa perspectiva, em geral se elegem grandes efemérides da macro-história política como se elas tivessem a mágica capacidade de tudo explicar. E, num exercício malfeito de derivação simples, *tudo* resulta do fim do socialismo, ou do início da ditadura militar, *ou* da má formação dos que não souberam man-

ter-se fiéis à causa, ou ainda à incapacidade de entendimento dos textos. A história do marxismo é mais complexa do que deixam entrever essas especulações. Sem gastar tinta para recusá-las, no desenho de sua pesquisa, a autora faz desmoronar o castelo de cartas que as deixa em pé, mergulhando profundamente nas biografias dos agentes, para reconstruí-las de modo impessoal. Trata-se de recuperá-las enquanto combinações variáveis de propriedades sociais relevantes nos espaços de disputa política e científica. Daí atentar às origens socioeconômicas, desempenho escolar, ruptura ou continuidade com a socialização política familiar – base das orientações estéticas e intelectuais dirigidas tanto às disciplinas acadêmicas como ao filossovietismo mediado pelo PCF. É impossível contemplar no espaço restrito de um comentário todas as vantagens de método implicadas em suas escolhas. É de se sublinhar, porém, que não há interessado na história das ciências no século XX, na história do comunismo e do marxismo que possa dispensar sua leitura – seja ele diletante, professor ou pesquisador especialista. E, decerto, recomendará às melhores casas editoriais brasileiras que o traduzam.

Referências bibliográficas

- GOUARNÉ, I. *L'Introduction du marxisme en France*. Philosoviétisme et Sciences Humaines (1920-1939). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.
- VILAR, P. Marx e a História. In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo*, v.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Resumo

O comentário apresenta o livro de Isabelle Gouarné (*L'introduction du marxisme en France. Philosoviétisme et Sciences Humaines, 1920-1939*). Discute a relevância de sua leitura pelos brasileiros. Põe em relevo a singularidade do trabalho no conjunto da bibliografia que tem tratado da história do comunismo, do marxismo e das ciências sociais. *Grosso modo*, tratando esses assuntos de modo segmentado, ela tem perdido a dimensão relacional dos contextos históricos marcados pela gênese de instituições políticas e científicas. Esse trabalho de pesquisa oferece uma alternativa analítica bem-sucedida para fugir a esse equívoco.

Palavras-chave: URSS; Partido Comunista Francês; ciências sociais

Abstract

This commentary presents the Isabelle Gouarné's book (*L'introduction du marxisme en France, Philosoviétisme et Sciences Humaines, 1920-1939*). It discusses the relevance of its reading by the Brazilians. It highlights the uniqueness of the work in the whole of the bibliography that treats the history of communism, marxism and social sciences. By addressing these issues in a segmented way, it has lost the relational dimension of the historical contexts marked by the genesis of political and scientific institutions. This research offers a successful analytical alternative to evade this misconception.

Keywords: Soviet Union; French Communist Party; Social Sciences

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

**Miséria na filosofia marxista:
Postone leitor do *Capital***
Jacques Bidet

A crise mundial e suas consequências
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Lukács e a necessidade social da religião
Ranieri Carli

Ideologia e educação estética no cinema
Ronaldo Rosas

**Documento: Carta ao Comitê Central
do Partido Comunista**
Louis Althusser

41